



PROJETO DE LEI

: 018 - E/2024

CRIA A GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO PARA MÉDICO, ENFERMEIRO E FARMACÊUTICO QUE EXERÇAM A FUNÇÃO DE RESPONSÁVEIS TÉCNICOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O povo do Município de Conselheiro Lafaiete, por seus representantes, decretou:

Art. 1º - Fica criada a gratificação de função, devida aos servidores que exercem as funções de:

- I – Médico Responsável Técnico;
- II – Enfermeiro Responsável Técnico;
- III – Farmacêutico Responsável Técnico.

Art. 2º - A gratificação de função de que trata essa Lei será concedida ao servidor devidamente registrado no Conselho Regional da classe correspondente no Estado de Minas Gerais, mediante assinatura de Termo de Responsabilidade Técnica junto à Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo único – Poderá ser nomeado para a função de Responsabilidade Técnica, servidor efetivo ou contratado, desde que exerçam, no cargo de origem, a função de médico, enfermeiro ou farmacêutico.

Art. 3º - O servidor médico, nomeado Responsável Técnico, fará jus à percepção do valor correspondente a R\$6.000,00 (seis mil reais).

Parágrafo único - O Médico Responsável Técnico deverá manter-se à disposição da Administração Pública em tempo integral.

Art. 4º - O servidor enfermeiro, nomeado Responsável Técnico, fará jus à percepção de gratificação de função, no valor correspondente de R\$3.000,00 (três mil reais).

Parágrafo único - O Enfermeiro Responsável Técnico exercerá suas atividades com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, sem prejuízo das atribuições do cargo efetivo ou comissionado.

Art. 5º - O servidor farmacêutico, nomeado Responsável Técnico, fará jus à percepção de gratificação de função, no valor correspondente de R\$3.000,00 (três mil reais).

Parágrafo único - O Farmacêutico Responsável Técnico exercerá suas atividades com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, sem prejuízo das atribuições do cargo efetivo ou comissionado.

Art. 6º - A gratificação de função por exercício de responsabilidade técnica será lançada em folha de pagamento, em tópico específico, com a descrição 'gratificação de função de responsabilidade técnica'.



GOVERNO DO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE
GABINETE - PROCURADORIA

Art. 7º - A gratificação de função por exercício de responsabilidade técnica não será incorporada, em qualquer hipótese, ao vencimento do servidor que ocupar as funções de responsabilidade técnica.

Art. 8º - A gratificação de função por exercício de responsabilidade técnica não será devida aos servidores que estiverem incurso nas seguintes situações:

- I – durante o gozo de férias e licenças;
- I – licença para tratar de interesse particular;
- II – suspensão preventiva e disciplinar;
- III – licença para concorrer ou desempenhar mandato eletivo;
- IV – se cedido ou requisitado por outro órgão da administração pública, direta ou indireta;
- V – faltado injustificadamente ao serviço;
- VI – no gozo de férias prêmio.

Parágrafo único – Durante os afastamentos do responsável técnico, deverá ser nomeado, temporariamente, um responsável técnico substituto para não haver interrupção no controle da gestão técnica.

Art. 9º - O servidor no exercício da função gratificada Médico Responsável Técnico terá como atribuições as descritas para o cargo de médico na legislação do Município de Conselheiro Lafaiete e aquelas referentes à responsabilidade técnica:

- I – zelar pelo cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor no Município de Conselheiro Lafaiete;
- II – assegurar condições dignas de trabalho e os meios indispensáveis à prática médica, visando ao melhor desempenho do corpo clínico e dos demais profissionais de saúde, em benefício da população, sendo responsável por falhas éticas decorrentes de deficiências materiais, instrumentais e técnicas;
- III – assegurar o pleno e autônomo funcionamento de Comissões de Ética Médica;
- IV – certificar-se da regular habilitação dos médicos perante o Conselho de Medicina, bem como sua qualificação como especialista, exigindo a apresentação formal dos documentos, cujas cópias devem constar da pasta funcional do médico perante o setor responsável, aplicando-se a mesma regra aos demais profissionais da saúde que atuem no Município de Conselheiro Lafaiete;
- V – organizar a escala de plantonistas, zelando para que não haja lacunas durante o funcionamento das instituições;
- VI – tomar providências para solucionar a ausência de plantonistas;
- VII – nas áreas de apoio ao trabalho médico, de caráter administrativo, envia esforços para assegurar a correção dos vencimentos;
- VIII – assegurar que as condições de trabalho dos médicos sejam adequadas no que diz respeito aos serviços de manutenção predial;
- IX – assegurar o abastecimento de produtos e insumos de quaisquer natureza seja adequado ao suprimento do consumo do estabelecimento assistencial, inclusive alimentos e produtos farmacêuticos, conforme padronização;
- X – cumprir as diretrizes do Conselho Federal de Medicina no que for atinente à organização dos demais setores assistenciais, coordenando as ações e pugnando pela harmonia intra e interprofissional;



GOVERNO DO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE
GABINETE - PROCURADORIA

XI – assegurar que os médicos que prestam serviço para o Município de Conselheiro Lafaiete, independente do seu vínculo, obedeçam ao disposto na legislação municipal;

XII – assegurar que as pessoas jurídicas que prestam serviço para o Município de Conselheiro Lafaiete estejam regularmente inscritas no CRM;

XIII – assegurar que os convênios na área de ensino sejam formulados dentro das normas vigentes, garantindo seus cumprimentos;

XIV – fiscalizar a contratação de médicos, impedindo a contratação de médicos formados no exterior sem registro nos Conselhos de Medicina.

Art. 10 - O servidor no exercício da função gratificada Enfermeiro Responsável Técnico terá como atribuições as descritas para o cargo de enfermeiro na legislação do Município de Conselheiro Lafaiete e aquelas referentes à responsabilidade técnica:

I – zelar pelo cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor no Município de Conselheiro Lafaiete;

II – manter informações necessárias e atualizadas de todos os profissionais de Enfermagem que atuam no Município, com os seguintes dados: nome, sexo, data de nascimento, categoria profissional, número do RG e CPF, número de inscrição no Conselho Regional de Enfermagem, endereço completo, contatos telefônicos e endereço eletrônico, assim como das alterações como: mudança de nome, admissões, demissões, férias e licenças, devendo fornecê-las sempre quando lhe for solicitado, pela Administração ou pelo Conselho Regional de Enfermagem;

III – realizar o dimensionamento de pessoal de Enfermagem, conforme o disposto na Resolução vigente do COFEN informado, de ofício, ao Secretário de Saúde;

IV – informar, de ofício, ao Secretário de Saúde situações de infração à legislação da Enfermagem, tais como:

a) ausência de enfermeiro em todos os locais onde são desenvolvidas ações de Enfermagem durante algum período de funcionamento dos estabelecimentos de saúde;

b) profissional de Enfermagem atuando no Município sem inscrição ou com inscrição vencida do Conselho Regional de Enfermagem;

c) profissional de Enfermagem atuando no Município em situação irregular, bem como aquele afastado por impedimento legal;

d) pessoal sem formação na área de Enfermagem, exercendo atividades de Enfermagem no Município;

e) profissional de Enfermagem exercendo atividades ilegais previstas em Legislação do Exercício Profissional de Enfermagem, Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem e Código Penal Brasileiro;

V – Intermediar, junto ao Conselho Regional de Enfermagem, a implantação e funcionamento de Comissão de Ética de Enfermagem;

VI – colaborar com todas as atividades de fiscalização, bem como atender a todas as solicitações ou convocações que lhes forem demandadas pelo Município;

VII – manter a CRT em local visível ao público, observando o prazo de validade;

VIII – organizar o Serviço de Enfermagem utilizando-se de instrumentos administrativos como regimento interno, normas e rotinas, protocolos, procedimentos operacionais padrão e outros;

IX – elaborar, implantar e/ou implementar, e atualizar regimento interno, manuais de normas e rotinas, procedimento, protocolos, e demais instrumentos administrativos de Enfermagem;



GOVERNO DO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE
GABINETE - PROCURADORIA

X – instituir e programar o funcionamento da Comissão de Ética e Enfermagem, quando couber, de acordo com as normas do Sistema Cofen/Conselho Regional de Enfermagem;

XI – colaborar com as atividades das comissões instituídas pelo Município com atuação na área da saúde;

XII – zelar pelo cumprimento das atividades privativas da Enfermagem;

XIII – promover a qualidade e desenvolvimento de uma assistência de Enfermagem segura para a sociedade e profissionais de Enfermagem, em seus aspectos técnicos e éticos;

XIV – responsabilizar-se pela implantação e/ou implementação da Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE), conforme legislação pertinente;

XV – observar as normas da NR – 32, com a finalidade de minimizar os riscos à saúde da equipe de Enfermagem;

XVI – assegurar que a prestação da assistência de enfermagem a pacientes graves seja realizada somente pelo Enfermeiro e Técnico de Enfermagem;

XVII – garantir o registro das ações de Enfermagem seja realizado conforme normas vigentes;

XVIII – garantir que o estágio curricular obrigatório e o não obrigatório sejam realizados, somente, sob supervisão do professor orientador da instituição de ensino e enfermeiro do Município, respectivamente, e em conformidade com a legislação vigente;

XIX – participar do processo de seleção de pessoal;

XX – promover, estimular ou proporcionar, direta ou indiretamente, o aprimoramento, harmonizando e aperfeiçoando o conhecimento técnico, a comunidade e as relações humanas, bem como a avaliação periódica da equipe de Enfermagem.

XXI – caracterizar o Serviço de Enfermagem por meio de Diagnóstico Situacional e consequente Plano de Trabalho que deverão ser apresentados ao Secretário Municipal de Saúde no prazo de 90 (noventa) dias a partir de sua efetivação como Responsável Técnico e posteriormente a cada renovação da CRT;

XXII – participar no planejamento, execução e avaliação dos programas de saúde da Secretaria Municipal de Saúde em que ocorrer a participação de profissionais de Enfermagem.

Art. 11 - O servidor no exercício da função gratificada Farmacêutico Responsável Técnico terá como atribuições as descritas para o cargo de farmacêutico na legislação do Município de Conselheiro Lafaiete e aquelas referentes à responsabilidade técnica:

I – assumir a responsabilidade pela execução de todos os atos farmacêuticos praticados, cumprindo-lhe respeitar e fazer respeitar as normas referentes ao exercício da profissão farmacêutica;

II – fazer com que sejam prestados os esclarecimentos quanto ao armazenamento, conservação e utilização dos medicamentos, notadamente daqueles que necessitem de acondicionamento diferenciado, bem como dos sujeitos a controle especial;

III – manter os medicamentos e substâncias medicamentosas em bom estado de conservação, de modo a que sejam fornecidos com a garantia da qualidade;

IV – garantir que em todas os estabelecimentos da Secretaria Municipal de Saúde que mantenham farmácias internas sejam mantidas as boas condições de higiene e segurança;

V – manter e fazer cumprir o sigilo profissional;



GOVERNO DO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE
GABINETE - PROCURADORIA

VI – manter os livros de substâncias sujeitas a regime especial de controle em ordem e assinados, bem como os demais livros e documentos previstos na legislação vigente, ou sistema informatizado devidamente regulamentado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA);

VII – selecionar previamente os medicamentos genéricos destinados a intercambiar medicamentos de referência;

VIII – informar às autoridades sanitárias do Município sobre irregularidades detectadas em quaisquer das unidades sob sua direção ou responsabilidade técnica;

IX – avaliar a documentação pertinente, de modo a qualificar cada uma das etapas da cadeia logística.

Art. 12 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE, AOS TRINTA DIAS DO MÊS DE JANEIRO DE 2024.

Mário Marcus Leão Dutra
Prefeito Municipal

Jorcelino de Oliveira
Procurador Geral



GOVERNO DO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE
GABINETE - PROCURADORIA

JUSTIFICATIVA

Conselheiro Lafaiete, 30 de janeiro de 2024.

Exmº Sr.

OSWALDO ALVES BARBOSA

Presidente da Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete – MG.

**Sr. Presidente da Câmara Municipal,
Senhores Vereadores,**

Considerando a necessidade de criação de Funções Gratificadas na área da saúde, o presente Projeto de Lei é apresentado a Casa Legislativa.

A responsabilidade técnica em estabelecimentos de hospitalização ou de assistência médica é exercida por médico. Sendo que nenhum estabelecimento de hospitalização ou de assistência médica poderá funcionar, em qualquer ponto do território nacional, sem ter um diretor técnico e principal responsável, habilitado para o exercício da medicina. Sendo assim, o médico responsável técnico é o responsável técnico pelo funcionamento dos esclarecimentos de saúde e terá, obrigatoriamente, a responsabilidade de supervisão e coordenação dos serviços técnicos dos estabelecimentos de saúde.

Já o enfermeiro responsável técnico é o responsável pelo planejamento, organização, direção, coordenação, execução e avaliação dos serviços de enfermagem nos estabelecimentos onde estes são executados.

Por fim, o farmacêutico responsável técnico exercerá a direção técnica, sendo o principal responsável pelo funcionamento da instituição ou estabelecimento de que trata esta resolução e, obrigatoriamente, terá sob sua responsabilidade a realização, supervisão e coordenação de todos os serviços técnicos-científicos.

Nessas condições, evidenciadas as razões que embasam a iniciativa encaminhamos o presente projeto de lei para apreciação, na expectativa de sua aprovação.

Ao ensejo, reiteramos reconhecimento de elevada estima e distinta consideração a toda Edilidade.

Mário Marcus Leão Dutra
Prefeito Municipal

Jorcelino de Oliveira
Procurador Geral



OFÍCIO 016 /2024/GAB/SMS/PMCL

Conselheiro Lafaiete, 17 de janeiro de 2024.

REF.: Solicita encaminhamento de Projeto de Lei, ao Legislativo Municipal, que *“Cria a Gratificação de Função para médico, enfermeiro e farmacêutico que exerçam a função de responsáveis técnicos, Altera a Lei Complementar nº 15/2009, e dá outras providências”*.

Senhor Procurador Municipal,

Esta Secretaria solicita elaboração Projeto de Lei, que *“Cria a Gratificação de Função para médico, enfermeiro e farmacêutico que exerçam a função de responsáveis técnicos, Altera a Lei Complementar nº 15/2009, e dá outras providências”*.

Por oportuno, segue em anexo, a Estimativa do Impacto Orçamentário Financeiro de Despesas, que se destina a regulamentar a função de RT (Responsável Técnico), em razão de um rol abrangente de obrigações que os profissionais Responsáveis Técnicos desempenharão é mais que justo reconhecer em benefício desse profissionais a instituição da gratificação indicada na propositura.

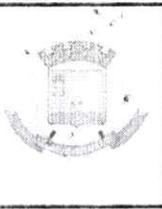
Trata-se de iniciativa levada a efeito em total consonância com as regras estabelecidas pelos Conselhos Federais de Medicina, Enfermagem e Farmácia, no tocante ao desempenho das atribuições dos profissionais quando designados para assumir responsabilidade técnica de suas unidades de trabalho perante os respectivos conselhos.

Atenciosamente,



Janice Batista Oliveira
Secretária Municipal de Saúde

Ao Senhor
Jorcelino de Oliveira
Procurador Municipal
Procuradoria Municipal de Conselheiro Lafaiete
Av. Prefeito Mário Rodrigues Pereira, 10 – Centro.
CEP 36.406-026 – Conselheiro Lafaiete/MG



Estimativa do Impacto Orçamentário - Financeiro de Despesas
Art. 16 da Lei n 101, de 04 de maio de 2000

Folha 1/1

Impacto n°:
04/2024

Data: 15/01/2014

METODOLOGIA DE CÁLCULO

Na projeção da variação das despesas, tendo em vista o projeto de Lei nº XXX-E-2024, foi utilizada a seguinte metodologia:

Procedimento Inicial: Apurou-se o valor mensal e o seu impacto para o exercício de 2024 e subsequente.

<i>Descrição cargo</i>	<i>Gratificação</i>	<i>Encargos</i>	<i>Custo Mensal</i>	<i>Custo Anual</i>
Médico Responsável Técnico	6.000,00	1.350,00	7.350,00	97.975,50
Enfermeiro Responsável Técnico	3.000,00	675,00	3.675,00	48.987,75
Farmacêutico Responsável Técnico	3.000,00	675,00	3.675,00	48.987,75
			Total	195.951,00

PARA O EXERCÍCIO DE 2024

As despesas ocorrem no quantitativo de servidores municipais de acordo com a Lei existente e com relação à alteração proposta, sendo o cálculo de seu impacto orçamentário-financeiro para o exercício de 2024, demonstrado no quadro abaixo

Orçamento 2024	511.142.722,34	Representação Percentual do Impacto	0,038%
----------------	----------------	-------------------------------------	--------

PARA O EXERCÍCIO DE 2025

As despesas ocorrem no quantitativo de servidores municipais de acordo com a Lei existente e com relação à alteração proposta, sendo o cálculo de seu impacto orçamentário-financeiro para o exercício de 2025, acrescido de 5,76% que é o potencial de crescimento da economia, proposta na LDO/2024, demonstrado no quadro abaixo:

Orçamento 2025	536.137.555,89	Representação Percentual do Impacto	0,039%
----------------	----------------	-------------------------------------	--------

PARA O EXERCÍCIO DE 2026

As despesas ocorrem no quantitativo de servidores municipais de acordo com a Lei existente e com relação à alteração proposta, sendo o cálculo de seu impacto orçamentário-financeiro para o exercício de 2026, acrescido de 5,80% que é o potencial de crescimento da economia, proposta na LDO/2024, demonstrado no quadro abaixo:

Orçamento 2026	567.233.534,13	Representação Percentual do Impacto	0,039%
----------------	----------------	-------------------------------------	--------

DECLARAÇÃO

Declaro, em cumprimento ao inciso II artigo 16 da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000, que as despesas originadas o projeto de lei nº 14/2022 tem adequação orçamentária, sendo suficiente os recursos orçamentários existentes no exercício, levando-se em conta os créditos genéricos, e que a mesma é compatível com o Plano Plurianual.

Declaro também, em cumprimento ao artigo 17, § 2º, da mesma lei, que a presente variação de despesa não afetará as metas de resultados fiscais propostos para o exercício de 2024.

Declaro por fim, ainda em cumprimento ao artigo 17, § 2º, da mesma lei, que para os exercícios de 2025 e 2026, os custos das mesmas serão levados em consideração, na elaboração de suas respectivas propostas orçamentárias, de forma a obter o resultado fiscal previsto para cada um deles. Conseqüentemente através da adaptação das respectivas despesas.

Conselheiro Lafaiete, 15 de janeiro de 2024.


Janice Batista de Oliveira
Secretária Municipal de Saúde



GOVERNO DO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE
PROCURADORIA GERAL

Conselheiro Lafaiete, 02 de fevereiro de 2024.

Ofício n°: 028/2023/PMCL/PROC

Referência: Encaminha Projeto de Lei

**Senhor Presidente,
Senhores Vereadores,**

A Procuradoria Municipal, vem, com o devido respeito, encaminhar à Mesa Legislativa Projeto de Lei Complementar que:

CRIA A GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO PARA MÉDICO, ENFERMEIRO E FARMACÊUTICO QUE EXERÇAM A FUNÇÃO DE RESPONSÁVEIS TÉCNICOS, ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 15/2009, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Ao ensejo reiteramos reconhecimento de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,


Marina Mendes de Oliveira Sallum
Coordenadora de Legislação

Exm° Sr Washington Fernando Bandeira
Presidente da Câmara Municipal do Município de Conselheiro Lafaiete